

Silves no itinerário da terceira cruzada: um testemunho teutónico

Mestre
Armando de Sousa Pereira



Os documentos emitidos pela chancelaria régia, com data posterior ao mês de Dezembro de 1189, referem-se a Sancho I na qualidade de rei de Portugal, mas também de Silves e do Algarve, certamente para comemorar a conquista recente daquela cidade e exaltar as virtudes guerreiras e a legitimidade soberana do monarca. Um título prestigioso mas efémero, mantido apenas até 1191, quando a mesma voltou ao poder do Islão.^[1] Porém, naquela primeira ocasião os seus méritos, capacidade e material bélico não foram suficientes. A incorporação nos domínios portugueses de um território tão meridional, relativamente aos limites fronteiriços de então, só foi possível graças ao apoio militar prestado por uma frota de cruzados em peregrinação à Terra Santa. Estava em marcha, por esses anos, aquilo a que se convencionou chamar terceira cruzada, desencadeada pelo desesperado apelo do papa Gregório VIII, na bula *Audita tremendi*, emitida em Outubro de 1189. A tomada de Jerusalém por Salah al-Din, nesse mesmo mês, deveria constituir, na palavra dos pregadores, o factor de mobilização de toda a Cristandade para a recuperação e defesa dos lugares santos.^[2]

Foi neste contexto que a cidade de Silves e a sua população muçulmana se viram envolvidas, involuntariamente, no périplo das expedições navais que saíam dos portos do Mar do Norte e circundavam depois a costa atlântica peninsular em direcção ao Mar Mediterrâneo, por onde arribavam ao Levante. Uma primeira armada, de combatentes teutónicos, flamengos, frísios e dinamarqueses, atacou e destruiu Alvor e os arredores, espoliando e massacrando os seus habitantes, no mês de Junho de 1189. Silves foi então poupada para, logo no mês seguinte, ser submetida a um prolongado assédio montado pelos guerreiros de uma outra frota, composta por teutónicos, flamengos, bretões e ingleses, que apoiaram os portugueses na ocupação efectiva da cidade, alcançada a 3 de Setembro desse ano. Em 1190, durante os meses de Junho e Julho, um exército almóada, liderado pelo governador de Sevilha, mantém cercados os seus muros, tendo os combatentes de um navio anglo-normando, integrado na cruzada de Ricardo I de Inglaterra, contribuído para o sucesso da resistência cristã. Os muçulmanos conseguem reconquistar a cidade logo em 1191, mas poucos anos depois, no Verão de 1197, esta

volta a ser alvo de saques e destruições perpetradas por guerreiros teutónicos que faziam parte da cruzada promovida por Henrique VI, imperador do Sacro-Império.^[3]

Estas expedições marítimas, assumidas como peregrinações armadas que mobilizaram, transversalmente, todos os grupos da sociedade ocidental durante largas décadas, beneficiaram de uma ampla recepção textual.^[4] Tendo em consideração os objectivos individuais e colectivos dos participantes, a viagem penitencial para Jerusalém e o alcançar de grandes feitos, materiais e espirituais, por reis e senhores nobres, vários foram os letrados, leigos ou eclesiásticos, que registaram nos seus escritos, de forma mais ou menos desenvolvida, em mero apontamento memorialístico ou em páginas de exaustivo detalhe, os itinerários dos cruzados e as peripécias da sua actuação militar.^[5] Referências breves e dispersas a combates, cercos e conquistas nas terras mais meridionais do actual espaço português encontram-se em documentos coevos, caso de uma continuação anónima da *Chronica regia Coloniensis*, do *Chronicon* do monge Robert de Auxerre e do *Itinerarium peregrinorum et gesta regis Ricardi*, da autoria de um cónego londrino;^[6] e com mais alguns pormenores e dados complementares na *Chronica* e na *Gesta* escritas por Roger de Howden,^[7] e na crónica de Ralph de Diceto, intitulada *Ymaginibus historiarum*.^[8] As informações fornecidas por estes dois últimos autores foram depois retomadas, na primeira metade do século XIII, por Roger de Wendover e Mathew Paris.^[9]

Uma outra narrativa, de autor anónimo, descreve com particular relevo e minúcia a campanha militar que proporcionou a ocupação cristã de Silves, resultante da conjugação de esforços dos cruzados e do rei Sancho I, tratando-se da fonte documental mais fidedigna para reconstituir as vicissitudes do cerco.^[10] O manuscrito que a transmite, testemunho único depositado na biblioteca da Academia das Ciências de Turim, foi descoberto e adquirido em Aix-en-Provence pelo académico italiano Costanzo Gazzera,^[11] o responsável pela sua primeira transcrição e edição.^[12] Utilizando-a como modelo, o erudito português João Baptista da Silva Lopes, estudioso da história algarvia, publicou pouco depois o mesmo texto, com tradução portuguesa e comentários explicativos, pela Academia das Ciências.^[13] Muitos anos volvidos, já nas primeiras décadas do século XX, uma nova leitura surge publicada por Anton Chroust, num volume que contém outros documentos relativos à participação germânica na terceira cruzada, sob o comando do imperador Frederico I.^[14] Porém, foi Charles Wendell David quem lhe atribuiu o título com que actualmente é conhecido, *Narratio de itinere navali peregrinorum Hierosolymam tendentium et Silviam capientium, a. d. 1189*, numa criteriosa edição acompanhada de abundantes notas críticas e estudos paleográfico e histórico do manuscrito.^[15]

Neste texto a estrutura interna do discurso obedece, escrupulosamente, a uma sucessão cronológica e geográfica dos acontecimentos, com a descrição da viagem desde que as embarcações dos cruzados saíram de Blexen, na foz do rio Weser, até chegarem ao porto de Marselha, aqui terminando, de forma abrupta, a narrativa.^[16] Ou seja, de 22 de Abril a Outubro de 1189, datas entre as quais o autor vai apontando, seleccionando-os, os eventos principais, permeados de anotações várias, num registo quase diário e atento à

recordação da festa do respectivo santo do calendário litúrgico.^[17] A indicação frequente de referentes temporais precisos aproxima um relato de cruzada como este de um escrito de natureza historiográfica, conforme as concepções e o método usado pelos cronistas medievais.^[18] Por outro lado, a narrativa pode ser esquematizada em diferentes partes, começando, nomeadamente, com um pequeno preâmbulo onde se anunciam os motivos da expedição, seguindo-se o relato do itinerário até Lisboa, depois o cerco e conquista de Silves, a secção mais longa do texto, justificando plenamente o título que lhe foi dado por Charles Wendell David, e por último o retomar da viagem com percurso até Marselha.

O autor parece participar activa e directamente em todos os acontecimentos, dada a vivacidade e os pormenores com que os descreve, e narra-os sempre na primeira pessoa do plural, dando voz a uma multidão de gente anónima em que se inclui, a dos peregrinos que empreenderam a viagem para Jerusalém, a *terra promissionis*, para se libertarem dos seus pecados e a cidade do poder do Islão.^[19] Aliás, o declarado objectivo da sua escrita é precisamente deixar para a posteridade uma memória colectiva das vicissitudes por que passaram, não havendo, ao longo do relato, o registo de um único nome próprio cristão.^[20] Foram silenciados os chefes dos cruzados, ignorado o nome do monarca português e o do comandante do seu exército. Laconismo que contrasta enormemente com o extraordinário cuidado posto na identificação dos topónimos do espaço envolvente, nomeando portos, cidades, castelos e reinos, tanto os da sua rota como os de regiões bem mais distantes.

Com efeito, o manuscrito denuncia a curiosidade imensa do autor, dadas as inúmeras observações que vai fazendo, de natureza muito diversa, à medida do avanço da armada, embora sejam privilegiadas as relativas a actividades militares.^[21] Esse interesse parece aumentar quando se encontra no espaço dominado pelos muçulmanos, talvez por configurar uma civilização profundamente diferente da sua, sobre a qual procura transmitir informações muito concretas. Descreve com minúcia a fortitude e as particularidades construtivas do sistema defensivo de Silves, utilizando a própria terminologia árabe; tenta identificar os grupos étnicos que integravam a sociedade islâmica, quer na Hispânia quer no Magrebe; aponta, estupefacto, a dificuldade com que ardiam as casas, dado serem construídas de taipa e não de madeira; regista muitos topónimos do território do Islão, exaltando a opulência das suas cidades.^[22] Além da geografia e das gentes, é notável o cuidado com que procura fornecer números precisos, dos barcos das várias expedições de cruzados que menciona, dos combatentes nórdicos que participam no assédio, dos muçulmanos massacrados em Alvor, dos habitantes da cidade de Silves, particularizando os cativos cristãos aí existentes antes e depois da conquista, dos dias de viagem, léguas ou milhas, para calcular a distância entre as diferentes povoações elencadas.^[23]

O texto encontra-se redigido num estilo directo e claro, desprovido de ornamentos literários ou artifícios retóricos, sendo de salientar a quase ausência de citações bíblicas, normalmente associadas aos temas nele tratados,^[24] assim como de outras autoridades teológicas.^[25] Não parece provável que o autor tenha escrito de memória, num acto pósterio de reflexão retrospectiva. Por certo foi tomando notas, que coligiu depois, à

medida que a expedição avançava e talvez nas pausas dos combates, recorrendo a informadores portugueses, muçulmanos ou mesmo moçárabes, que pode ter usado como tradutores. Com efeito, no esforço de transcrição do vocabulário árabe utilizado nota-se que o autor escreve as palavras da mesma forma que as ouviu, daí as inúmeras corruptelas e as actuais dificuldades em localizar alguns dos topónimos recenseados. Além do testemunho ocular e das fontes orais, aproveitou também dados disponibilizados por autores clássicos, ao intercalar na narrativa o muito glosado tema das éguas que concebem dos ventos, quando se refere a Sintra (*ubi concipiunt eque de vento*),^[26] tradição lendária formulada por Varrão e depois transmitida e acrescentada por outros, Plínio em particular.^[27] Supõe-se que tenha conhecido, ainda, as obras dos geógrafos árabes, como al-Idrisi, dada a pormenorizada informação toponímica que fornece relativa ao espaço islâmico, especificando as distâncias de uma cidade para outra, método comum nesses autores.^[28]

Não se sabe onde e quando foi escrito o original, de que o manuscrito existente é uma cópia realizada no início do século XIII.^[29] Pode tratar-se, inclusive, de uma cópia truncada, caso o texto matricial tenha incluído, em hipótese, a descrição da viagem de Marselha a Jerusalém, objectivo primordial da expedição. Alfredo Pimenta, na senda de A. Chroust, datou a composição de 1191, baseando-se para isso numa passagem em que o autor afirma que Lisboa havia sido conquistada pelos cruzados há quarenta e quatro anos atrás (*ante quadraginta et III^{or} annos a peregrinis nostris capta*).^[30] Contudo, o mais correcto será considerar essa lembrança como não relativa ao momento em que está a escrever mas ao da sua chegada à cidade, tendo cometido um erro de cálculo.^[31] Mesmo assim, nada obsta a que a narrativa, ou parte dela, tenha sido redigida por essa época ou até antes, talvez durante a suposta invernia passada naquela cidade portuária francesa.

Muito pouco se consegue saber acerca da sua identidade. Era seguramente de naturalidade germânica, tendo em conta os vários indícios que a esse respeito deixou dispersos pelo texto, a saber, quando compara a largura do rio Tejo à do Elba, junto a Stade, ao mencionar o uso da milha teutónica como unidade de medida, na referência aos navios do *nostro imperio* que antes haviam feito estada em Lisboa, ao especificar a morte de dois estouvados guerreiros de Bremen, ao comparar Silves com Goslar, cidade imperial alemã, ou quando se refere a ele e aos seus companheiros como *nos de regno Teutonico*.^[32] Evidencia um conhecimento pessoal e um sentimento de pertença à região noroeste da actual Alemanha, a Baixa Saxónia, sendo o mais plausível tratar-se, portanto, da sua área de proveniência.

Considerando que, no século XII, a maioria dos escritos provém de ambientes eclesiásticos, outra questão a colocar respeita, naturalmente, ao estatuto deste autor, se leigo ou clerical. Sobre isso, os vários editores do texto não têm dúvidas em assumir a sua condição de homem da Igreja, argumentando com o facto de ele condenar a rapacidade dos cruzados, desaprovar injustiças, manifestar sentimentos de compaixão e algum ardor religioso, embora Charles Wendell David levante a hipótese de se tratar de um leigo particularmente piedoso.^[33] É verdade que evoca, em diferentes momentos da narrativa, rituais e celebrações devotas, nomeadamente a festa do Pentecostes, a visita

às relíquias do santuário de S. Salvador, em Oviedo, e ao sepulcro galego de S. Tiago, o enterramento dos mortos em combate e a missa onde recebem a comunhão, antes de partirem para a peleja.^[34] Aponta também as intervenções sobrenaturais que alteram o curso das vicissitudes terrenas, quando os muçulmanos fogem por vontade de Deus, que anima e fortalece os cruzados e amedronta os inimigos, os quais abandonam a defesa das torres das muralhas da cidade graças à intervenção da Virgem Maria e não aos esforços dos guerreiros cristãos, ou quando Deus os conserva junto a Silves para concretizarem a conquista.^[35] Reveladoras de interesse religioso são ainda as referências à pregação da cruzada, *cum indulgentia apostolice auctoritatis*, à participação das ordens religiosas militares (*milites religiosi*) no cerco e à nomeação de um flamengo para bispo de Silves.^[36] A adopção de um discurso pautado pela lembrança e comemoração dos santos, em obediência ao prescrito no calendário litúrgico, embora manifeste a predominante visão clerical sobre a passagem do tempo, caracteriza também o saber e a devoção do autor.^[37]

Contudo, os elementos em apreço não deixam de reflectir a religiosidade própria de um leigo empenhado no seu aperfeiçoamento espiritual através da participação na cruzada. Porventura um membro da aristocracia militar teutónica associado ao palácio imperial de Goslar, interessado em documentar a participação germânica no esforço cruzadístico de que Frederico I foi malogrado líder. Além disso, não falta no texto a enunciação de alguns dos princípios éticos da cavalaria, nomeadamente a admiração por demonstrações individuais de bravura e a condenação de atitudes cobardes, a valorização das qualidades guerreiras do inimigo, o tratamento dado aos prisioneiros e o grande respeito pelo cumprimento honrado do pacto acordado, ao mesmo tempo que apresenta como naturais actos de devastação, violência e saque.^[38] Na verdade, com o arranque das cruzadas cada vez mais cavaleiros começam a descrever as suas viagens e combates, no âmbito de uma empresa que contribuía para a sua salvação espiritual.^[39] Com os dados disponíveis no manuscrito é difícil, porém, chegar a uma conclusão definitiva acerca da sua condição. Note-se, de qualquer modo, a total ausência neste relato de referências a sermões, milagres, guerreiros mártires ou intervenções de combatentes celestes nas batalhas, típicos da pena de monges e clérigos.

Na historiografia portuguesa medieval anterior ao século XV a tomada de Silves é recordada somente num registo analístico coevo. Trata-se da primeira secção, que Pierre David intitulou por *Recolha de 1189*, de um conjunto bastante heterogéneo e algo desordenado de notícias recolhidas e compiladas, entre 1362 e 1365, no Mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra.^[40] Ficou, assim, conhecido por *Chronicon conimbricense*,^[41] embora outras edições o denominem *Livro das Eras* ou *Livro da Noa*.^[42] O feito militar protagonizado pelo rei Sancho I, extraordinário em face da fortaleza e da excentricidade do local, mereceu do escriba uma curta lembrança apenas, a de que *in era M.^aCC.^aXX.^aVII.^a tercio nonas septembris cepit rex Santius Siluj*.^[43] Ou seja, limitou-se a registar a ocorrência, numa data que concorda com os demais documentos. A avaliar pelo escasso testemunho sobrevivente, a conquista pouco impacto deixou na memória escrita de então, um silêncio que talvez a transitoriedade do domínio sobre a cidade possa justificar.

Remonta aos começos do século XV a narrativa que, em vernáculo e de modo bastante mais detalhado, desenvolve este episódio bélico. É designada por *Crónica de Portugal de 1419* e pertence a um autor anónimo, dado que a atribuição a Fernão Lopes está longe de reunir consenso.^[44] Na composição de um texto tão pormenorizado quanto este, o cronista utilizou certamente fontes de vária natureza e proveniência. Quando menciona a decisão régia de retomar a guerra contra os muçulmanos, acto que antecede o assédio a Silves, introduz expressões como *mas diz a coroniqua..., e não conta..., mas diz que...,*^[45] sugerindo que para aquela matéria compulsou uma ou mais crónicas onde recolheu e seleccionou elementos, embora as não identifique.^[46]

Através do cotejo do relato latino com as páginas que a crónica quatrocentista dedica à tomada de Silves,^[47] depreende-se que o primeiro foi, com toda a clareza, uma das fontes utilizadas na redacção da segunda.^[48] Embora, naturalmente, o teutónico anónimo glorifique o desempenho militar dos cruzados e o português a liderança e o protagonismo régios, um autor apresente um soberano conflituoso e pouco digno de crédito, o outro um monarca conciliador. Com mais de duzentos anos de permissão, foram indubitavelmente diferentes a sua formação, objectivos e destinatários, aspectos determinantes da lógica do discurso, mas a dinâmica das operações bélicas e os dados factuais são em muitos casos semelhantes.

Assim, dos elementos comuns recenseados destacam-se os seguintes: a evocação, na abertura das narrativas, da tomada de Jerusalém por Salah al-Din e subsequente apelo pontifício à mobilização cruzadística da Cristandade, facto que induziu Sancho I a retomar a guerra contra o Islão, que precede a tomada de Silves e contextualiza a chegada a Lisboa de uma armada de cruzados;^[49] acordo dos cruzados com o rei, segundo o qual aqueles ficavam com a totalidade dos despojos e este na posse da cidade, motivo de posteriores desentendimentos que o texto latino agrava e o português suaviza;^[50] ao chefe do exército luso, o *principe milicie Portugalensis* identificado por conde Mendo, coube a liderança inicial, sendo o primeiro a partir para Silves, por terra;^[51] a ocupação do arrabalde como uma das primeiras vitórias dos cristãos, que subiram por escadas à muralha e aproveitaram a fuga desordenada dos inimigos, os quais se atropelavam na entrada da porta da cidade onde alguns morrem sufocados;^[52] chegada do rei com um exército de reforço, engenhos de guerra e provimentos, colocada embora a 21 de Julho na crónica portuguesa e a 29 na latina, quando já decorriam os combates;^[53] ataque concentrado à couraça, que protegia o abastecimento de água à cidade, com uma máquina de assalto a que o teutónico chama ouriço, utilizando também uma estrutura em madeira para protecção dos que minavam a torre, que o português designa por manta, depois incendiada pelos muçulmanos, referindo ambos que abriu uma parte do muro com a força do fogo;^[54] intenso trabalho de minagem desenvolvido pelos cruzados para derrubarem as muralhas e esforço dos cercados para o impedirem;^[55] duração do assédio em pouco mais de seis semanas;^[56] fuga de um muçulmano de dentro da cidade, levando consigo dois pendões que entregou ao rei;^[57] referência à audácia do guerreiro galego que arrancou uma pedra angular da muralha;^[58] fuga de alguns outros habitantes, agastados com a sede, sendo bem acolhidos no acampamento cristão.^[59]

Uma nota final para destacar os dois aspectos essenciais aqui postos em relevo, a saber, a importância e riqueza documental do relato latino, coevo da conquista, tendo em conta o crédito dos elementos que fornece para a história militar, em particular da Reconquista; e a existência, passados duzentos e poucos anos, de uma cópia desta narrativa ou de uma eventual crónica que integrasse as informações por ela transmitidas, utilizada como fonte da crónica quatrocentista portuguesa que, em vernáculo, descreve numa das suas partes semelhantes vicissitudes bélicas.

[1]* Mestre em História Medieval (FCSH/UNL). Investigador do Instituto de Estudos Medievais (Lisboa).

¹ Os documentos exarados em Dezembro de 1189, cerca de três meses após a tomada de Silves, são os primeiros a ostentar a designação *Portugalis, Siluii et Algarbi rex*, enquanto os dos anos de 1190 e 1191 abreviam para *Portugalie et Algarbi rex*, retomando, a partir de Julho de 1191, o formulário antigo, patente no menos compósito *Portugalensium rex* que Afonso Henriques havia inaugurado. Vejam-se os docs. 41, 42, 44, 47, 49, 51 e 52, em *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, ed. Rui de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa & Marcelino Rodrigues Pereira, Coimbra, 1979, vol. 1, pp. 64-65, 66-67, 68-69, 75, 79-80, 82-83 e 83-85, respectivamente. Acerca do significado desta titulação, no âmbito de uma eventual individualidade política do território algarvio, cf. André Oliveira Leitão, “Do Garb al-Ándalus ao «segundo reino» da «Coroa de Portugal»: território, política e identidade”, *Clio*, 16/17 (2007), pp. 69-104.

[2] Sobre a terceira cruzada consulte-se, dentre uma imensa variedade de títulos, a recente análise interpretativa de Christopher Tyerman, *A guerra de Deus. Uma nova história das cruzadas*, Lisboa, 2009, pp. 359-497; uma visão de síntese encontra-se em Helen J. Nicholson, “Third Crusade (1189-1192)”, *The Crusades. An encyclopedia*, ed. Alan V. Murray, Oxford, 2006, pp. 1174-1181.

[3] Sobre estas expedições de cruzados consultar Lucas Villegas-Aristizábal, *Norman and anglo-norman participation in the iberian Reconquista, c. 1018 - c. 1248*, Nottingham, 2007, pp. 229-246, tese de doutoramento policopiada; Bruno Meyer, “El papel de los cruzados alemanes en la reconquista de la Península Ibérica en los siglos XII y XIII”, *En la España Medieval*, 23 (2000), pp. 41-66; Jaime Ferreira Alemparte, *Arribadas de normandos y cruzados a las costas de la Península Ibérica*, Madrid, 1999, pp. 176-185.

[4] Um elenco circunstanciado dos textos medievais e modernos que referem, em particular, as expedições e campanhas militares em torno de Alvor e Silves, encontra-se em Luís Saavedra Machado, “Os Ingleses em Portugal”, *Biblos*, 10 (1934), pp. 587-589, nota 1; *idem*, “Quem eram os capitães estrangeiros no cerco de Silves?”, *Boletim do Instituto Alemão*, 6/7 (1937), pp. 1-18; embora com algumas referências já desactualizadas, continua a ser muito útil a sua consulta.

[5] As características dos relatos de cruzada, enquanto tipologia narrativa, foram sistematizadas e analisadas por Jean Richard, *Les récits de voyages et de pèlerinages*, Turnhout, 1981.

[6] Cf. Georg Waitz (ed.), *Monumenta Germaniae Historica. Scriptores rerum Germanicarum*, Hannover, 1880, vol. 18, pp. 142-143; O. Holder-Egger (ed.), *Monumenta*

Germaniae Historica. Scriptorum, Hannover, 1882, vol. 26, p. 254; e William Stubbs (ed.), *Itinerarium peregrinorum et gesta regis Ricardi*, Londres, 1864, p. 65, respectivamente.

^[7] Cf. William Stubbs (ed.), *Chronica Magistri Rogeri de Houedene*, Londres, 1870/1871, vol. 3, pp. 18 e 42-47, vol. 4, p. 26; *Gesta regis Henrici secundi Benedicti Abbatis*, Londres, 1867, vol. 2, pp. 89-90 e 117-121.

^[8] Cf. Reinhold Paul (ed.), *Monumenta Germaniae Historica. Scriptorum*, Hannover, 1885, vol. 27, pp. 278-279.

^[9] Veja-se, respectivamente, Henry O. Coxe, *Chronica, sive flores historiarum*, Londres, 1841, vol. 2, pp. 440-441, vol. 3, pp. 29-30; Henry Richard Luard, *Chronica majora*, Londres, 1874, vol. 2, pp. 341-342 e 365-366.

^[10] Para enquadrar a tomada de Silves no âmbito da actividade militar e política deste monarca, cf. Maria João Violante Branco, *D. Sancho I. O filho do fundador*, Lisboa, 2006, pp. 118-147. Veja-se também o estudo mais genérico, com uma periodização mais alargada, de António Castro Henriques, *Conquista do Algarve, 1189-1249. O segundo reino*, Lisboa, 2003.

^[11] Para as circunstâncias do seu achamento e uma breve descrição do manuscrito, cf. Costanzo Gazzera, "Spedizione di Crociati, e assedio della città di Silves nell'Algarve", *Trattato della Dignità ed altri inediti scritti di Torquato Tasso. Premessa una notizia intorno ai codici manoscritti di cose italiane conservati nelle biblioteche del Mezzodì della Francia, ed un cenno sulle antichità di quella regione*, Turim, 1838, pp. 47-50.

^[12] Manuscrito publicado com o título *De itinere navali de eventibus, deque rebus, a peregrinis Hierosolymam petentibus, mclxxxix, fortiter gestis narratio*, precedido de um estudo introdutório por Costanzo Gazzera, "Delle memorabili imprese di una flotta di crociati partita dalle foci della Schelda l' anno mclxxxix. Narrazione storica di autore contemporaneo", *Memorie della R. Accademia delle Scienze di Torino*, 2.^a série, 2 (1840), pp. 177-207.

^[13] Cf. João Baptista da Silva Lopes, *Relação da derrota naval, façanhas, e successos dos cruzados que partirão do Escalda para a Terra Santa no anno de 1189*, Lisboa, 1844. Deste texto publicou-se uma edição fac-similada, por Manuel Cadafaz de Matos, *A cidade de Silves num itinerário naval do século XII por um cruzado anónimo*, Lisboa, 1999, pp. 155-280. Foi também a partir desta edição, julgando perdido o códice que contém o manuscrito e ignorando edições mais recentes, que foi feita tradução inglesa, com escasso aparato crítico, por Joseph E. Conboy, "The siege of Silves castle in 1189: a crusader's tale", *A apologia do latim. In honorem Dr. Miguel Pinto de Meneses (1917-2004)*, coord. Manuel Cadafaz de Matos, Lisboa, 2005, vol. 1, pp. 67-125.

^[14] Cf. A. Chroust, "Narratio itineris navalis ad Terram Sanctam", *Monumenta Germaniae Historica. Scriptorum rerum Germanicarum*, Berlim, 1928, vol. 5, pp. 179-196.

^[15] Cf. Charles Wendell David, "Narratio de itinere navali peregrinorum Hierosolymam tendentium et Silviam capientium, a. d. 1189", *Proceedings of the American Philosophical Society*, 81 (1939), pp. 591-676. É esta a edição utilizada neste estudo, doravante abreviada por *Narratio*.

^[16] Assinale-se o facto de a única cópia, conhecida, desta narrativa ter sido encontrada precisamente nas proximidades dessa cidade do Sul de França, coincidência que pode despoletar especulações mais ou menos estéreis quanto ao sucedido ao autor e ao manuscrito original, desde que a armada de cruzados em que seguia arribou a esse porto.

É provável que aí tenha invernado, rumando à Palestina na Primavera do ano seguinte; cf. Christopher Tyerman, *op. cit.*, pp. 434-435.

^[17] Sobre a influência do cristianismo na concepção e organização do tempo na Idade Média, cf. Éric Palazzo, *Liturgie et société au Moyen Age*, Paris, 2000, pp. 98-123; Jacques Le Goff, “Temps”, *Dictionnaire raisonné de l’Occident médiéval*, dir. Jacques Le Goff & Jean-Claude Schmitt, Paris, 1999, pp. 1113-1122.

^[18] Cf. Jean Richard, *op. cit.*, pp. 23-25; Bernard Guenée, *Histoire et culture historique dans l’Occident médiéval*, Paris, 1980, pp. 147-165.

^[19] *Narratio*, p. 610.

^[20] Na parte sobre o acto de rendição da cidade o autor refere o nome do respectivo governador muçulmano, um tal Albainus (*Narratio*, p. 628), embora o editor do manuscrito não garanta a total fidelidade desta leitura, dado o mau estado do pergaminho; cf. Charles Wendell David, *op. cit.*, p. 628, nota 282. Mais adiante menciona ainda o nome do profeta, Muhammad, identificando Meca como o lugar onde jaz sepultado (*Narratio*, p. 638).

^[21] Sobre a natureza das informações fornecidas por esta tipologia de relatos, cf. Jean Richard, *op. cit.*, pp. 62-74.

^[22] *Narratio*, pp. 619-621, 621, 622 e 633-641.

^[23] O autor refere as 11 naus da expedição inicial, 1 nau e depois mais 3 que deixam encalhadas na areia, as 24 naus de cruzados que encontram ao chegar ao porto de Lisboa, onde semanas antes haviam estado outras 55, as 36 naus e uma galé com que partem à conquista de Silves, a nau vinda da Bretanha e 5 galés que incendeiam (*Narratio*, pp. 610, 611, 616, 617, 618, 622-623); foram massacradas 5.600 pessoas aquando da destruição de Alvor, eram 15.800 os habitantes de Silves, entre os quais havia 450 cativos cristãos, de que sobreviveram 200, enquanto os cruzados eram 3.500 (*Narratio*, pp. 616-617, 629, 630); as referências a números associados à medição do tempo ou do espaço encontram-se ao longo de todo o relato.

^[24] Cf. Paul Alphandéry, “Les citations bibliques chez les historiens de la première croisade”, *Revue de l’Histoire des Religions*, 99 (1929), pp. 139-157.

^[25] Cf. Charles Wendell David, *op. cit.*, p. 600.

^[26] *Narratio*, p. 616.

^[27] A lenda é originalmente composta pelos seguintes elementos: o vento fecundador, um local determinado, as éguas boas reprodutoras e os poldros que duram menos do que é normal; Plínio, na sua *Naturalis Historia*, acrescenta um outro, a grande velocidade dos poldros, depois recolhido por Justino e Marciano Capela mas ignorado por Solino. Cf. R. M. Rosado Fernandes, “O vento, as éguas da Lusitânia e os autores gregos e latinos”, *Evphrosyne*, 12 (1983/1984), pp. 53-77; *idem*, “O vento, as éguas de Lisboa e os humanistas do Ocidente peninsular”, *Primera Reunion Gallega de Estudios Clasicos*, ed. M. C. Díaz y Díaz, Santiago de Compostela, 1981, pp. 369-388.

^[28] Cf. Al-Idrisi, *Los caminos de al-Andalus en el siglo XII*, ed. Jassim Abid Mizal, Madrid, 1989.

^[29] Cf. Charles Wendell David, *op. cit.*, p. 597.

^[30] *Narratio*, p. 616. Cf. Alfredo Pimenta, *Fontes medievais da História de Portugal. I - Anais e crónicas*, Lisboa, 1948, p. 159.

^[31] Cf. Charles Wendell David, *op. cit.*, p. 598.

[32] *Narratio*, pp. 616, 618, 619 e 623.

[33] Cf. Costanzo Gazzera, “Delle memorabili imprese...”, *loc. cit.*, p. 180; João Baptista da Silva Lopes, *op. cit.*, p. iv; A. Chroust, *op. cit.*, pp. c-cii; Charles Wendell David, *op. cit.*, pp. 599-600.

[34] *Narratio*, pp. 612, 614-615, 618 e 622.

[35] *Narratio*, pp. 622, 624, 625 e 630.

[36] *Narratio*, pp. 610, 630-631 e 633.

[37] Dos doze dias festivos mencionados, cinco referem-se a santos mártires, caso de S. Sisto, Felicíssimo e Agapito, S. Lourenço, S. Bartolomeu, S. Maurício e S. Cosme e Damião, de acordo, aliás, com a importância da componente martirológica na ideologia da cruzada. Cf. Adriano Cappelli, *Cronologia, cronografia e calendario perpetuo*, 7.^a ed., Milão, 1998, pp. 156-189.

[38] *Narratio*, pp. 624, 626, 627-628, 628-629, 632 e 638-639. Cf. Jean Flori, *Chevaliers et chevalerie au Moyen Age*, Paris, 1998, pp. 153-176.

[39] Cf. Jean Richard, *op. cit.*, pp. 37-39; André Vauchez, *La spiritualité du Moyen Age occidental, VIII^e-XIII^e siècle*, Paris, 1994, pp. 96-99.

[40] Cf. Pierre David, *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VI^e au XII^e siècle*, Lisboa/Paris, 1947, pp. 266-274.

[41] Publicado com este título por Alexandre Herculano, *Portugaliae Monumenta Historica. Scriptores*, Lisboa, 1856, pp. 1-5.

[42] Cf. António Cruz, *Anais, crónicas e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, Porto, 1968, pp. 69-88.

[43] *Idem*, p. 71.

[44] Publicada por Adelino de Almeida Calado, *Crónica de Portugal de 1419*, Aveiro, 1998, doravante mencionada pela forma abreviada *Cr. 1419*. Para o seu enquadramento no âmbito da historiografia portuguesa quatrocentista, cf. Luís Krus, “Historiografia. I. Época medieval”, *Dicionário de história religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira Azevedo, Lisboa, 2001, vol. p-v, pp. 520-521. Embora numa dimensão mais literária, veja-se também Albano António Cabral Figueiredo, *A crónica medieval portuguesa. Génese e evolução de um género (sécs. XIV-XV)*, Coimbra, 2005, pp. 312-348, tese de doutoramento policopiada.

[45] *Cr. 1419*, p. 89, título 47, linhas 11, 14 e 16.

[46] Ao longo do texto o autor indica expressamente alguns títulos e autores das narrativas que segue para a composição da sua crónica, referindo-se de forma vaga a muitas outras; além disso recorre a diplomas régios e pontifícios, tratando-se, portanto, de um autor bem documentado, preocupado em basear as suas afirmações em fontes escritas. Sobre isto, cf. Artur de Magalhães Basto, *Estudos. Cronistas e crónicas antigas. Fernão Lopes e a «Crónica de 1419»*, Coimbra, 1959, pp. 70-87.

[47] *Cr. 1419*, pp. 85-98, títulos 46 a 52.

[48] O paralelo entre as duas narrativas foi já sugerido, embora não demonstrado, por Artur de Magalhães Basto, *op. cit.*, pp. 82 e 481-482. Uma breve análise comparativa dos dois textos, destacando alguns tópicos, foi feita por John E. Slaughter, “The conquest of Silves: a contemporary narrative”, *The Journal of the American Portuguese Cultural Society*, 2 (1968), pp. 25-44.

[49] *Narratio*, p. 610; *Cr. 1419*, pp. 85-89, título 46, p. 89, título 47, linhas 17-22. O facto

de o cronista português transcrever uma bula que não corresponde à que de facto Gregório VIII emitiu, dado pertencer a um outro pontificado e a um contexto cruzadístico posterior, não invalida este paralelismo.

^[50] *Narratio*, pp. 617, 628 e 631; *Cr. 1419*, p. 90, título 47, linhas 17-19, p. 98, título 52, linhas 1-10.

^[51] *Narratio*, p. 618; *Cr. 1419*, p. 90, título 48, linhas 22-27.

^[52] *Narratio*, pp. 621-622; *Cr. 1419*, p. 91, título 48, linhas 7-13.

^[53] *Narratio*, p. 623; *Cr. 1419*, p. 91, título 49, linhas 23-28.

^[54] *Narratio*, pp. 623-625; *Cr. 1419*, pp. 93-95, título 50.

^[55] *Narratio*, pp. 625-628; *Cr. 1419*, p. 92, título 49, linhas 6-12, p. 95, título 51, linhas 17-20.

^[56] *Narratio*, p. 629, *Cr. 1419*, p. 96, título 52, linha 22.

^[57] *Narratio*, p. 624; *Cr. 1419*, p. 96, título 51, linhas 11-13.

^[58] *Narratio*, p. 624; *Cr. 1419*, p. 94, título 50, linhas 3-6.

^[59] *Narratio*, pp. 625-626, 628; *Cr. 1419*, p. 96, título 51, linhas 13-16.